


Geografia da fome e (in)segurança alimentar no Brasil: reflexão a partir de Josué de Castro e o inquérito VIGISAN

Geography of food hunger and deprivation in current agricultural Brazil: reflection based on Josué de Castro and the VIGISAN inquiry

Geografía del hambre y la (in)seguridad alimentaria en Brasil: reflexión a partir de Josué de Castro y la encuesta VIGISAN

Rosane Marizeti Brum Vargas¹ , Rivaldo Faria¹ ,
Pedro Leonardo Spode² , Liliane Milani de Moraes¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

² Universidade Federal de Uberlândia , Uberlândia, MG, Brasil

RESUMO

Este estudo apresenta uma reflexão sobre a fome no Brasil no período recente. Além disso, este trabalho tem como objetivo estabelecer uma reflexão sobre o processo da fome no Brasil, a partir da obra “A Geografia da Fome” de Josué de Castro, publicada em 1946, e do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, (VIGISAN) da Rede PENSSAN, que traça um panorama da problemática da fome no Brasil no contexto da pandemia da COVID-19. A metodologia utilizada é baseada na revisão narrativa de literatura e no levantamento dos dados dos inquéritos VIGISAN, produzidos pela REDE PENSSAN nos anos de 2021 e 2022. Pode-se concluir que a fome, enquanto dimensão extrema da pobreza, é um problema histórico, estreitamente relacionado com o processo de formação do território brasileiro. Desse modo, a obra de Josué de Castro exprime, ainda na década de 1940, as desigualdades socioespaciais brasileiras a partir da análise da fome, problema social insistentemente ainda presente no Brasil, como atestam os recentes inquéritos VIGISAN.

Palavras-chave: Fome; Privação Social; Josué de Castro

ABSTRACT

This study presents a reflection on hunger in Brazil in recent times. Additionally, the objective of this work is to establish a reflection on the process of hunger in Brazil, based on the work “A Geografia da Fome” by Josué de Castro, published in 1946, and the National Inquiry on Food Insecurity in the Context of the Covid-19 Pandemic in Brazil (VIGISAN) conducted by the PENSSAN network, which outlines an overview of the problem of hunger in Brazil in the context of the COVID-19 pandemic. The methodology used is

based on a narrative review of the literature and data collection from the VIGISAN surveys, produced by PENSSAN Network in the years 2021 and 2022. It can be concluded that hunger, as an extreme dimension of poverty, is a historical problem closely related to the formation process of the Brazilian territory. Thus, Josué de Castro's work expresses, even in the 1940s, the socio-spatial inequalities in Brazil through the analysis of hunger, a social problem persistently present in Brazil, as attested by the recent VIGISAN surveys.

Keywords: Hunger; Social Deprivation; Josué de Castro

RESUMEN

Este estudio presenta una reflexión sobre el hambre en Brasil en los últimos tiempos. El objetivo es establecer una reflexión sobre el proceso del hambre en Brasil, a partir de la obra "A Geografia da Fome" de Josué de Castro, publicada en 1946 y la Investigación Nacional sobre Inseguridad Alimentaria en el Contexto de la Pandemia de la Covid-19 en Brasil, (VIGISAN) de la red PENSSAN, que esboza un panorama del problema del hambre en Brasil en el contexto de la pandemia de COVID-19. La metodología utilizada se basa en una revisión narrativa de la literatura y recolección de datos de las encuestas VIGISAN, producidas por Rede PENSSAN en los años 2021 y 2022. Se puede concluir que el hambre, como dimensión extrema de la pobreza, es un problema histórico, íntimamente relacionado con el proceso de formación del territorio brasileño. De esta manera, la obra de Josué de Castro expresa, aún en la década de 1940, las desigualdades socioespaciales en Brasil a partir del análisis del hambre, un problema social aún persistentemente presente en Brasil, como atestiguan las recientes encuestas VIGISAN.

Palabras-clave: Hambre; Privación Social; Josué de Castro

1 INTRODUÇÃO

"Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?" (Carolina Maria de Jesus - Quarto de Despejo).

A fome no Brasil é um problema histórico. Trata-se de uma forma de privação extrema, que atenta contra a própria vida de um indivíduo ou grupo social. Como enfatiza Souza (1995, s.p.): "a comida é valor de uso para todos os seres humanos, é condição da existência humana. A falta de alimentação implica na morte".

Embora o Brasil esteja em posição de destaque na produção de alimentos, devido ao agronegócio moderno, a fome, juntamente com outras expressões da pobreza, ainda é uma questão não solucionada no país. Isso é reflexo das desigualdades e seletividades socioespaciais do país, resultando em enormes contradições sociais,

sendo a maior dessas contradições a convivência dialética entre a abundância e a escassez (Souza, 1995; Tozi, 2017).

A fome, escancarada e agravada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, é um fenômeno socioespacial que envolve o entendimento da formação social e territorial brasileira, bem como dos processos recentes que constituem o mundo contemporâneo, sobretudo a globalização (Santos, 2015). Essa realidade socioespacial a qual o Brasil está inserido, que se revela paralelamente entre a grande produção de commodities e o aprofundamento da pobreza e da fome, pode ser explicada a partir da relação dialética entre os determinantes externos e internos do capitalismo dependente do país (Luciano; Correa, 2022).

É nesse sentido que a obra de Josué de Castro permanece fundamental para o entendimento da fome no Brasil, uma vez que a crise alimentar advém de uma escassez socialmente produzida (Souza, 1995), uma pobreza fabricada para “desenvolvimento” das elites. Josué de Castro alertava que o assunto de seu livro era (e ainda o é) um tema “delicado e perigoso”, constituindo-se um dos tabus da civilização. Embora esse autor tenha alavancado a problemática da fome para o mundo, sendo pioneiro no Brasil na discussão de tal temática, a questão da fome ainda é pouco estudada, tampouco solucionada em termos estruturais. Como coloca Oliveira (2013), a fome no Brasil é um problema complexo, atrelado a uma série de questões, principalmente políticas, relacionadas à formação socioespacial do país.

Nesse sentido, o texto em tela tem como proposta a reflexão sobre o processo de fome no Brasil, a partir da obra *A Geografia da Fome* de Josué de Castro, publicada em 1946, e o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, (VIGISAN), da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN). Além disso, a obra *Quarto do Despejo*, de Maria Carolina de Jesus, foi também usada como base do discurso e do texto. A metodologia utilizada é baseada na revisão narrativa de literatura e no levantamento dos dados do referido inquérito. O texto é apresentado discursivamente, como um ensaio atualizado da questão da fome no Brasil.

2 JOSUÉ DE CASTRO E A GEOGRAFIA DA FOME

“A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço.” (Carolina Maria de Jesus - Quarto de Despejo).

Em texto publicado no Observatório História e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em 05 de maio de 2021, De Freitas, Araújo Neto e D’ávila, (2021) alertam para a incerteza da comida na mesa de muitos brasileiros, em um país completamente assolado pela COVID-19. É sabido que o problema da fome no Brasil é histórico e estrutural, como afirmam esses autores, tendo suas origens ligadas ao processo de formação do território brasileiro. No entanto, foi no período de pandemia da COVID-19 que as desigualdades socioespaciais foram escancaradas nos países da periferia do mundo, como o Brasil, onde o sistema alimentar é regido pelo capitalismo de commodities, que priva a classe trabalhadora do “[...] acesso regular aos alimentos, deixando-a mais vulnerável ao vírus e à fome” (Lima, 2020, p. 333).

De fato, a fome no Brasil é um processo que reflete à sua própria história. Conforme comungam os autores:

As raízes da fome brasileira encontram-se no processo histórico-político da formação da economia, tendo suas origens no período colonial nos séculos XVI até o XIX, ligadas à concentração da riqueza da colônia nas mãos de poucos proprietários e com a prioridade do mercado exportador de matéria-prima (Da Silva; De Sá, 2009, p. 45).

No campo da Geografia, o pioneiro nos estudos da fome no país foi Josué de Castro, especialmente com a obra “A Geografia da Fome de 1946”. Castro foi um ativista pela causa da alimentação das populações, publicando diferentes obras nesse contexto, como também atuando em cargos públicos, como no Departamento de Saúde Pública do Estado de Pernambuco, como presidente do Conselho Executivo da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), entre outros (Andrade, 1997).

Josué de Castro denunciou o tabu da fome na civilização ocidental como

um tema proibido e, conseqüentemente, pouco discutido na política e nas ciências daquele período, uma vez que contrastava com os interesses dos grupos hegemônicos. Esse autor admitia que a fome era um tema sensível e perigoso de ser abordado, especialmente no contexto da primeira metade do século XX, quando o neomalthusianismo e o determinismo ainda dominavam grande parte das ciências.

Em tom de denúncia, o autor argumenta que:

[...] foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa – nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo (Castro, 2012, p. 13).

Logo no início de sua obra *Geografia da Fome*, o autor questiona quais são as causas ocultas da conspiração do silêncio em torno da fome e afirma:

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura que “Interesses e preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente (Castro, 2012, p. 12).

A obra de Castro contempla um intenso trabalho de cartografia da distribuição e concentração da fome no Brasil, executando uma espécie de “fotografia” do problema para as diferentes regiões do país. Esse árduo trabalho de pesquisa resultou na derrubada de alguns antigos mitos arraigados na ciência e na sociedade geral, em especial o mito de que a fome decorria de influências climáticas ou de que tal processo estava ligado à improdutividade da população. Segundo o autor, ao investigar as causas fundamentais da alimentação das populações, em regra defeituosa, e tão impactante na evolução social e econômica dos povos, “[...] chega-se à conclusão de que elas são mais produtos de fatores socioculturais do que fatores de natureza geográfica” (Castro, 2012, p. 34).

Segundo esse autor (2012, p. 34), “o país abrange pelo menos cinco diferentes áreas alimentares, cada uma dispendo de recursos típicos, com sua dieta habitual

apoiada em determinados produtos regionais, com influências marcantes dos seus tipos de dietas [...]”, refletindo nas características diversas dessas populações, sendo que nem todas são rigorosamente áreas de fome, servindo de roteiro ao trabalho. A expressão territorial do Brasil da fome, construída pelo mesmo autor, foi elaborada a partir de análise das características naturais de cada região, bem como do processo histórico, político e econômico de cada localidade, que o levaram a definição das cinco áreas de fome do Brasil: Área da Amazônia, da Mata do Nordeste, do Sertão do Nordeste, do Centro-Oeste e do Extremo Sul (Figura 1):

Figura 1 – Mapa das áreas alimentares do Brasil, segundo Josué de Castro



Fonte: website Faculdade de Saúde Pública USP (s.d.). Geografia da Fome, 75 anos
Disponível em: <https://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-75-anos/>

A Região Amazônica e o Nordeste Açucareiro, considerado áreas de fome endêmica, apresentava como dieta básica o consumo de farinha de mandioca, muito

associada ao feijão, peixe e rapadura. A primeira se caracterizava, de acordo com a análise de Castro (2012), pela presença de deficiências proteicas, vitamínicas e de sais minerais. A segunda, por apresentar manifestações diretas da deficiência do regime alimentar: carências calóricas, proteicas, de vitaminas e minerais (Vasconcelos, 2007). Castro (2012) apontava que, a área do Sertão do Nordeste, caracterizava-se pela atuação de um tipo de fome diferente, aquela que se apresentava em surtos epidêmicos ou agudos nos períodos de seca ou estiagem. Essas eram epidemias de fome global, em termos quantitativos e qualitativos, que afetavam de forma violenta todos os habitantes da região.

Dessa maneira, o processo histórico do Nordeste brasileiro, marcado pela intensa exploração dos usos do território pelas classes dominantes, associado aos aspectos físico-naturais, resulta em uma população privada de recursos básicos, entre eles a alimentação. Castro (2012) ressalta sobre o uso intensivo do território para a monocultura da cana-de-açúcar, que trouxe consigo diferentes impactos naturais e sociais, refletindo nas condições de miséria e exploração das populações do Nordeste. Como coloca esse autor, mais destrutiva do que esta ação direta da cana sobre o solo, “[...] é a sua ação indireta, através do sistema de exploração da terra que a economia açucareira impõe: exploração monocultora e latifundiária” (Castro, 2012, p. 98).

A área do Centro-Oeste foi definida por Castro (2012) como uma área de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinadas populações, grupos ou classes sociais. O único fenômeno endêmico avaliado foi a carência de iodo (bócio endêmico). Com relação ao Extremo Sul, tal região também foi considerada uma área de deficiências alimentares discretas e menos generalizadas, apresentando carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais.

No estudo do extremo sul, Vasconcelos (2008), baseado na análise química do regime alimentar realizada por Castro (2012), afirma que não havia deficiência calórica na região, pelo contrário, deveria haver excesso calórico, concluindo que o padrão alimentar manifestava uma maior incidência de diabetes e bócio.

Na perspectiva de Josué de Castro, está claro que a fome é uma expressão do

subdesenvolvimento, com estrita relação com a produção capitalista do território, este marcado pelo latifúndio e pela monocultura, que caracterizam a formação socioespacial brasileira. Além disso, não há o aproveitamento das terras cultiváveis próximas dos centros urbanos para a agricultura de sustentação. Segundo o autor:

[...] o Brasil é realmente um dos países de fome no mundo atual. Tanto em seus quadros regionais como em seu conjunto unitário, sofre o Brasil as duras consequências dessa condição biológica aviltante de sua raça e de sua organização social. [...] A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais (Castro, 2012, p. 265-266).

A releitura da “Geografia da Fome” evidencia a atualidade e polêmica do problema, destacando a importância e permanência da obra de Josué de Castro. Conforme coloca Faria (2017), Josué de Castro pode ser considerado um dos pioneiros nos estudos sobre a privação social brasileira, apresentando uma pesquisa extremamente aprofundada, sob à perspectiva geográfica, sobre a situação da fome no Brasil.

Os estudos de Castro trouxeram luz não apenas as situações de fome explícitas, percebíveis na simples observação das paisagens da periferia ou de zonas rurais do país, mas também a fome oculta, que se caracteriza pela falta permanente de determinados elementos nutritivos (a subnutrição), fazendo com que grupos inteiros de populações morram lentamente de fome apesar de comerem todos os dias (Castro, 2012). Isto é, como coloca Andrade (1997, p. 192), “[...] há a fome dos que não comem e a fome dos que comem mal [...]”.

3 INSEGURANÇA ALIMENTAR E A COVID-19 NO BRASIL (I VIGISAN-2021)

“Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilégio de

gozar descanso” (Carolina Maria de Jesus - Quarto de Despejo).

Segundo Oliveira (2015), o conceito de segurança alimentar surge na Europa no início do século XX, no pós-guerra, e parte da ideia de segurança nacional: capacidade de produzir a alimentação de seu povo para não ficar vulnerável a cercos, embargos por motivação política ou militar. Em diversas disciplinas que tratam do tema fome, é usada com outras nomenclaturas, tais como: nutrição, subnutrição, desnutrição, segurança e insegurança alimentar. Os estudos de Oliveira (2015, p. 48) informam que a fome, “[...] na nutrição diz respeito a “segurança alimentar e nutricional”, ou no caso mais específico sob o nome de “insegurança alimentar”, que é a falta de alimento ou o acesso incorreto à comida”.

Carlos Augusto Monteiro, médico e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em seu texto “A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil” (1995), já buscava conceituar e medir a extensão da pobreza, da fome e da desnutrição. Nas palavras do autor:

São pobres as pessoas que não suprem permanentemente necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde etc. Têm fome aqueles cuja alimentação diária não aporta a energia requerida para a manutenção do organismo e para o exercício das atividades ordinárias do ser humano. Sofrem de desnutrição os indivíduos cujos organismos manifestam sinais clínicos provenientes da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou decorrentes de doenças que determinem o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos. (Monteiro, 1995, p. 195).

Apesar da sociedade brasileira sempre ter convivido com a fome, esta é um problema estrutural visível desde os estudos de Josué de Castro, ela permanece de forma insistente, carente de políticas públicas eficientes e agravada pela pandemia. Para o economista Nilson Maciel de Paula (2002, p. 7), coordenador da Rede PENSSAN, “[...] o problema só começou a ser tratado nos anos 2000, quando houve uma recuperação da economia e junto a isso foram criadas políticas públicas atuantes no combate à fome e à Insegurança alimentar”. Segundo Zimmermann e De Paula (2022, p. 33), as “[...]”

privações causadas pela pandemia do Corona vírus se somaram às mazelas associadas ao aumento da pobreza e da fome no país, resultando num agravamento das condições de vida de um número crescente de pessoas já vulneráveis”.

Estas percepções dos pesquisadores são amparadas pelos números. Segundo dados da “Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise da segurança alimentar no Brasil”, realizada pelo IBGE (2020), cerca de 10,3 milhões de pessoas moravam em domicílios com insegurança alimentar (IA) grave que é o grau mais severo entre os três relacionados à privação de alimentos, aquele que pode levar à fome. O número não é o maior da série (medida em 2004, 2009 e 2013), mas mostra inversão da queda que vinha ocorrendo. Ainda de acordo com dados da POF, “nos últimos cinco anos, entre 2013 e 2018, houve aumento das prevalências dos graus mais severos de IA no cenário nacional, tanto da IA moderada (76,1%) como a IA grave (43,7%)” (IBGE, 2020, p. 37).

A fome sempre foi um problema grave no Brasil, mas com os impactos da pandemia da COVID-19, a situação se tornou alarmante, aumentando a IA e diminuindo a Segurança Alimentar (SA). Nesse sentido, o I VIGISAN atesta que, “do total de 211,7 milhões de brasileiros (as) ,116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros (as) enfrentavam a fome” (Rede PENSSAN, 2021, p.10).

Desse modo, a Rede PENSSAN realizou o “Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Da Covid-19 No Brasil”, (I VIGISAN), chamando atenção para o agravamento do flagelo da fome e manifestações de IA que afetam parcela significativa e crescente da população brasileira, cujos sinais já eram visíveis desde antes da pandemia. Segundo dados divulgados em abril de 2021, 116,8 milhões de pessoas passaram a viver em insegurança alimentar, sendo que 43,3 milhões não têm acesso aos alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada), e 19 milhões passam fome (insegurança alimentar grave), o equivalente para retorno ao patamar de 2004. A pesquisa foi realizada em dezembro de 2020, o que revela a urgência da mobilização.

O Inquérito Nacional coletou informações pertinentes à segurança (SA) ou insegurança alimentar (IA), medidas por meio da Escala Brasileira da Insegurança Alimentar (EBIA), adotada pelo Governo Brasileiro a partir de 2004, que possibilitou comparações com os dados conduzidos pelo IBGE entre 2004 e 2018:

Os resultados do inquérito mostram que nos três meses anteriores à coleta de dados, menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus moradores (as) em Segurança Alimentar. Dos demais, 55,2% que se encontravam em Insegurança Alimentar, 9% conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de IA grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%). (Rede PENSSAN, 2021, p. 9).

O inquérito VIGISAN I, quando avaliou os três últimos meses (setembro, outubro e novembro) anteriores a coleta de dados de 2020, mostra que nas áreas rurais a “IA grave dobra quando não há disponibilidade adequada de água para a produção de alimentos [...] de 21,1% para 44,2%” (Rede PENSSAN, 2021, p. 43).

Os resultados da pesquisa salientaram as enormes e persistentes desigualdades socioeconômicas, ambientais e regionais, mostrando disparidades nos rendimentos familiares, que são determinantes da capacidade de acesso aos alimentos. Os domicílios com rendimentos de até 1/4 do salário-mínimo per capita apresentavam IA grave:

Os/as moradores (as) de 25% dos domicílios do Norte e do Nordeste viviam com rendimentos mensais abaixo de 1/4 do SMPC, comparados com 10% nas regiões Sul-Sudeste e Centro Oeste. Considerando-se o perfil da pessoa referência da família, a IA grave foi seis vezes maior quando esta pessoa estava desempregada, e quatro vezes maior entre aquelas com trabalho informal (...) a IA grave das famílias foi maior quando esta pessoa era do sexo feminino, ou de raça/cor da pele autodeclarada preta/parda ou com menor escolaridade (Cavalcanti, 2021, p. 22).

Como presumido, observou-se os impactos negativos e diferenciados da pandemia da COVID-19 sobre a segurança alimentar das famílias brasileiras, como consequência da elevada desigualdade socioespacial que caracteriza o Brasil, “[...] a IA grave aumentou 19% nos domicílios onde algum (a) morador (a) havia perdido o emprego ou houve endividamento, ambos em razão da pandemia” (Cavalcanti, 2021, p. 10).

Neste contexto, o I Inquérito da Rede PENSSAN aponta:

Nas regiões Nordeste e Norte do país foram observados os maiores percentuais de perda de emprego, de redução dos rendimentos familiares, do endividamento e corte nas despesas com aquisição de itens considerados essenciais para a família, todos referidos como efeito da pandemia. Cerca de 60% das pessoas entrevistadas das regiões Norte e Nordeste solicitaram e receberam auxílio emergencial, percentual próximo de 50% nas demais regiões (Rede PENSSAN, 2021, p. 10).

Desse modo, percebe-se que os levantamentos relativos aos períodos de 2004 a 2013 registraram um aumento progressivo e significativo de famílias em SA. Após 2013, ocorreu uma inversão nesse processo, voltando a aumentar a IA. Como observado por Cavalcanti:

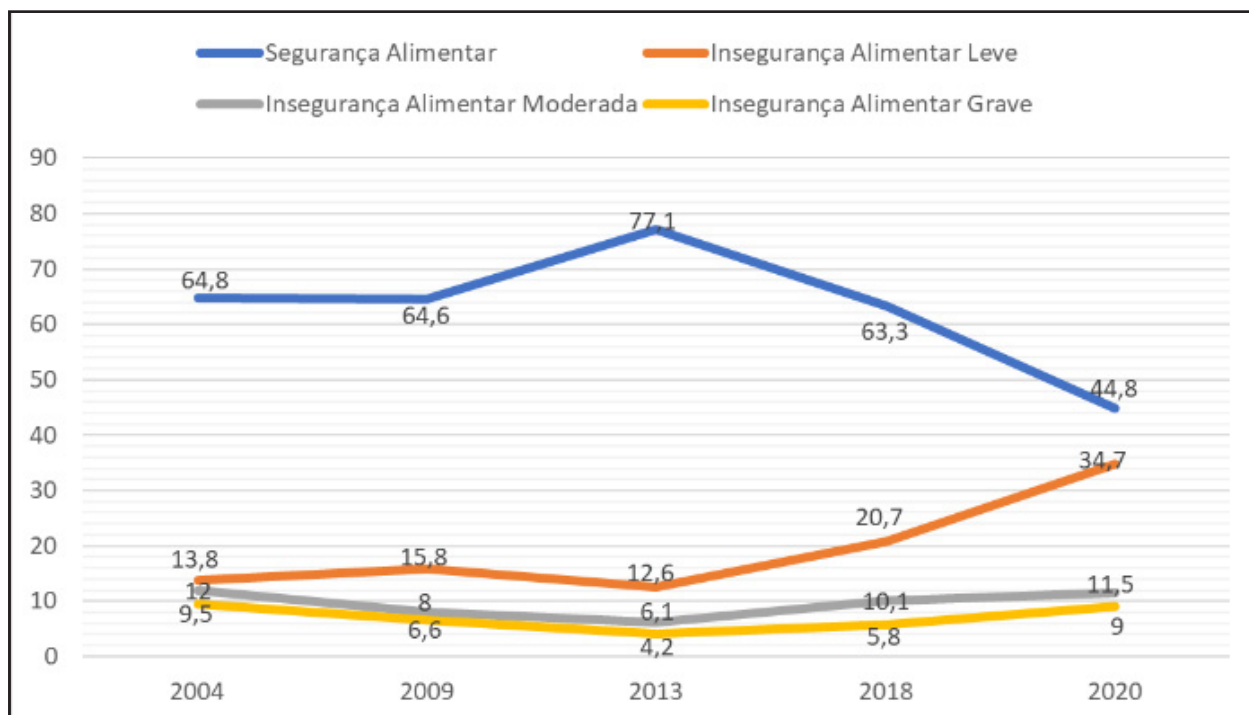
O advento da pandemia provocou queda ainda mais abrupta da SA no país nos últimos dois anos, com aumento dos níveis de IA moderada ou grave cujos resultados atingem proporções atuais equivalentes às que vigoravam em 2004 [...]. No Brasil, dados coletados pela FAO com uso da FIES indicam um aumento da IA moderada ou grave de 18,3% para 20,6%, entre 2015 e 2019, devido, basicamente, ao aumento da IA moderada. (Cavalcanti, 2021, p. 11-14).

As leituras são amparadas pelos dados do I VIGISAN, com tendência observada na SA e IA nos domicílios entre os anos de 2004 e 2020, quando foram reanalisadas as estimativas das PNAD de 2004, 2009, 2013 e a POF 2018. Percebe-se que em 2004, 64,8% tinham acesso permanente a alimentos, isto é, possuíam SA. Houve um aumento progressivo dessa SA até 2013, quando 77,1% da população tinha condições de se alimentar bem. Mas, a partir de 2013, esse progresso foi invertido, caindo de 63,3% para 44,8%, entre os anos de 2018 e 2020, respectivamente.

Com a pandemia a redução da SA foi ainda mais rápida e profunda. Em contrapartida, nesse mesmo período, a IA moderada e grave teve um aumento significativo, de 4,2% em 2013 para 9,0% em 2020, retornando aos patamares próximos de 2004, como se pode verificar na figura 2:

Figura 2 – Comparação das estimativas de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito

VIGISAN e os inquéritos nacionais. VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020



Fonte: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil - Rede PENSSAN (2021). Adaptado pelos autores (2023)

Considerando os dados do I VIGISAN, publicado no ano de 2021, o progresso da SA e o decréscimo da IA moderada e grave foram invertidos entre 2013 e 2020. Com o advento da pandemia da COVID-19, a redução da situação de segurança alimentar foi mais intensa e abrupta. Conforme a manifestação do coordenador da Rede PENSSAN, Renato Maluf:

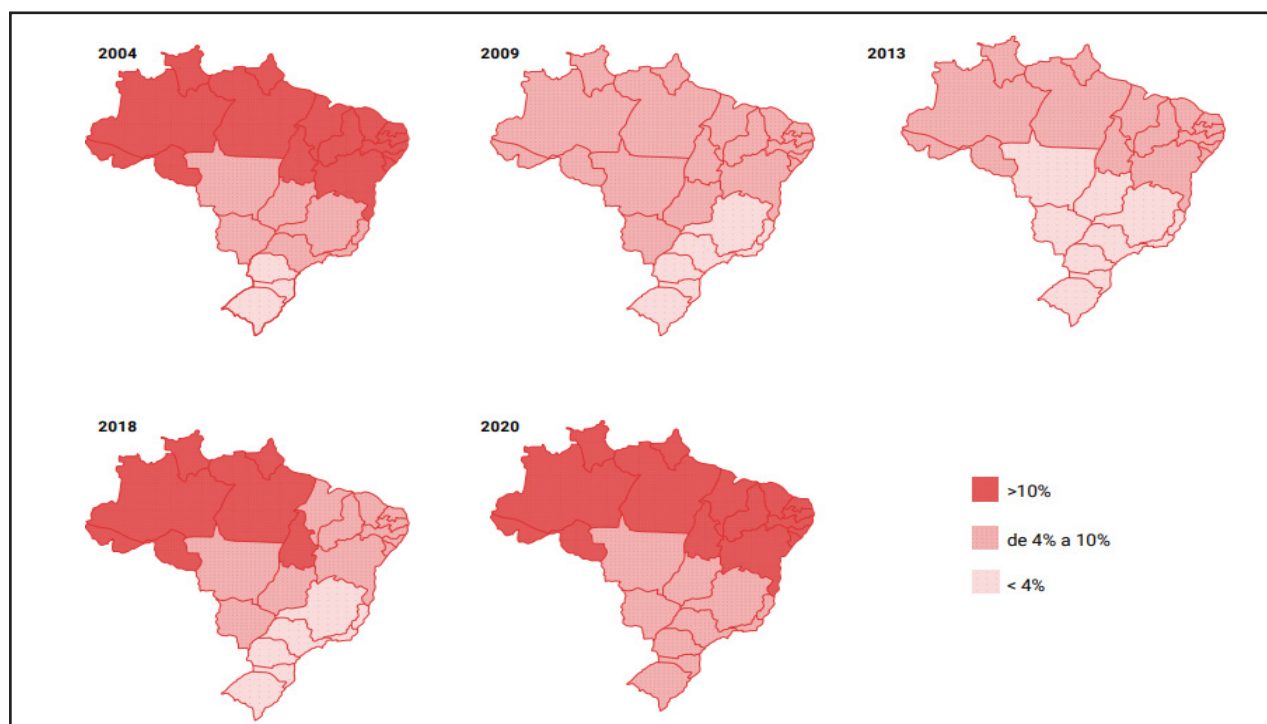
Era previsível que a comida, tanto sua disponibilidade como o acesso a ela, viesse a ocupar o centro das preocupações e urgências no contexto de pandemia pela qual estamos passando, ao lado, e como complemento indispensável, dos cuidados com a saúde das pessoas infectadas, ou não, pelo vírus mais recente. (Maluf, 2020 apud Rede PENSSAN, 2021, p. 12).

Estima-se com os estudos da Rede PENSSAN que o agravamento da pobreza junto a fome no país, durante a pandemia, esteja vinculado à uma continuação do processo já em curso do aumento das desigualdades socioespaciais. De acordo com o Inquérito VIGISAN: “os resultados deste inquérito mostram que, em 2020, a

Insegurança Alimentar e a fome no Brasil retornaram aos patamares próximos aos de 2004” (Rede PENSSAN, 2021, p. 52).

O avanço obtido entre 2004 e 2013, na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, foi anulado para significativa parcela da população brasileira. Os dados mostram um retrocesso de 15 anos em apenas cinco anos, sendo mais acentuado ainda nos últimos dois anos. A evolução da fome no território brasileiro pode ser visualizada na figura 3

Figura 3 – Evolução da fome no Brasil - porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar grave (IA), entre 2004 e 2020, por macrorregiões



Fonte: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil - Rede PENSSAN (2021, p. 52). Layout adaptado pelos autores (2023)

É importante enfatizar que “esse aumento acelerado passa a ser de 27,6% ao ano entre 2018 e 2020, conforme dados da Pesquisa de Orçamento Familiar de 2018 e da VIGISAN para 2020” (idem, p. 52).

Os resultados do I VIGISAN mostram que:

Eram 10,3 milhões de pessoas em Insegurança Alimentar grave em 2018, isto é, que passavam fome, passando para 19,1 milhões (9% da

população), em 2020. Portanto, neste período foram cerca de nove milhões de brasileiros (as) a mais que passaram a ter no seu cotidiano a experiência da fome (Rede PENSSAN, 2021, p. 53, grifos nossos).

A fome no país sempre foi um problema histórico, fruto das desigualdades sociais e regionais, cujas marcas permanecem até hoje. Embora tenha sido agravada pela pandemia, com o aumento dos desempregos e a redução dos rendimentos familiares, ampliando ainda mais as vulnerabilidades sociais, a fome nunca deixou de existir no Brasil. Desde os trabalhos científicos e políticos de Josué de Castro, ainda nas décadas de 1940 e 1950, a fome é uma chaga no Brasil e no mundo, um tabu, como declarou Castro (2012), ainda não solucionado, apesar de todo o aparato técnico disposto no mundo contemporâneo.

4 A INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) NO II VIGISAN (2022) - O AGRAVAMENTO DA CRISE

“ O que aviso aos pretendentes a política é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la.” (Carolina Maria de Jesus- Quarto de Despejo).

Os resultados do II Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, realizado pela Rede PENSSAN, lançado em junho de 2022, mostra um cenário ainda mais grave para um grande número de pessoas que passam fome no Brasil, quando a crise sanitária (pandemia da COVID-19) se sobrepôs à crise econômica e política, já pré-existente. A amplitude e a velocidade com que se agravou a fome no ano de 2022, quando comparadas com os resultados do I Inquérito publicado em abril de 2021, comprova a necessidade de monitoramento e de um olhar mais apurado da condição alimentar e nutricional da população brasileira. Em 2022, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer, atestando a privação de alimentos para uma massa de população no país. De acordo com o II VIGISAN:

Comparado ao I VIGISAN, que identificou, em dezembro de 2020, 9%

da população (ou 19 milhões de pessoas) convivendo com a fome, no II VIGISAN este percentual passou para 15,5% da população ou 33,1 milhões de pessoas em situação de fome, indicando que 14 milhões de brasileiros foram deslocados para tal condição em um ano (Rede PENSSAN, 2022, p. 97, grifos nossos).

Desse modo, são 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome (IA grave) em pouco mais de um ano. A última edição da pesquisa, publicada em junho de 2022, mostra que mais da metade da população brasileira (58,7%) convive com a insegurança alimentar em algum grau - leve, moderado ou grave (fome) (Rede PENSSAN, 2022).

O primeiro inquérito demonstrava que o Brasil tinha voltado aos patamares equivalentes aos do ano de 2004. Com o segundo ano da pandemia da COVID-19 e a piora no cenário econômico e político, o aumento das desigualdades sociais tornou o quadro de monitoramento da fome, na segunda pesquisa, ainda mais desolador (Rede PENSSAN, 2022).

Os destaques da pesquisa, concluída em 2022, identificam que a Geografia da fome brasileira continua concentrada nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, a IA nas áreas rurais permanece maior, como atestava o primeiro inquérito VIGISAN, e também se sobressai em pessoas negras, dobra nos lares com crianças, pessoas com baixa escolaridade e onde existe falta de acesso regular à água, caracterizada por insegurança hídrica.

Verifica-se que o abismo social aumenta significativamente no contexto da pandemia, isto é, as desigualdades e seletividades socioespaciais se revelam dramaticamente no território brasileiro, deixando parte da população à mercê de todo o tipo de privação, incluindo à alimentação. As desigualdades sociais relacionadas à raça/cor, gênero e escolaridade aumentam a exposição à IA, em outras palavras:

Enquanto na população negra houve um aumento de mais de 60,0% na proporção daquelas que convivem com a fome, dentre brancos esse aumento foi de 34,6%, comparando os resultados dos dois Inquéritos da Rede PENSSAN (Rede PENSSAN, 2022, p. 86).

E, neste contexto:

O II VIGISAN revela diferença importante entre gêneros e indicam que 19,3% das famílias chefiadas por mulheres estão expostas à fome, enquanto esse percentual reduz para 11,9% quando são os homens nessa posição; essa diferença é maior do que a observada em 2020 quando as prevalências eram 11,2% e 7,0%, respectivamente. (Idem, 2022, p. 87).

De acordo com o II VIGISAN “a relação entre Insegurança Alimentar e grau de escolaridade revela um dos problemas mais graves da sociedade brasileira, com repercussões que extrapolam o contexto da pandemia” (Rede PENSSAN, 2022, p. 87). Portanto, a IA dobra nas famílias cujos responsáveis têm menos de quatro anos de estudo. Isso demonstra que uma má alimentação na infância, compromete as condições de vida e saúde adequadas ao desenvolvimento humano:

O expressivo aumento da IA dos domicílios com crianças de idade até 10 anos, de 9,4% para 18,1% em um ano, demonstra tanto o aumento da vulnerabilidade de suas famílias no período da pandemia, como a negligência dos governos na gestão caótica do PNAE. Diante da impossibilidade do ensino presencial, a alimentação dessas crianças foi duplamente prejudicada, pois elas não puderam contar com a alimentação escolar com regularidade, ao mesmo tempo em que ficaram expostas à escassez de alimentos em seus domicílios (Rede PENSSAN, 2022, p. 87).

A situação da falta do alimento escolar, durante a pandemia, agravou ainda mais o desenvolvimento infantil, considerando, ainda, que no Brasil as aulas presenciais estiveram suspensas por mais de um ano, com um número expressivo de crianças e adolescentes que ficaram sem atividades escolares, uma vez que não possuíam acesso à internet nas suas casas. Há um processo de seletividade no acesso à internet no Brasil, em que somente as áreas mais desenvolvidas, em termos de difusão da técnica, recebem sinal de boa qualidade. Os pobres, habitantes das periferias, estão privados de recursos em todas as ordens. Isso está associado aos reflexos das desigualdades socioespaciais que são históricas e, somente serão atenuadas, a partir da formulação de políticas que incluam os pobres no Brasil.

5 A ATUALIDADE DE JOSUÉ DE CASTRO PARA O ESTUDO DAS

DIFERENTES FORMAS DE POBREZA E PRIVAÇÃO SOCIAL

Embora Josué de Castro tenha suas atividades médicas, políticas e intelectuais desenvolvidas ao longo das décadas de 1940 até início da década de 1970, com sua morte no exílio, sua obra ainda permanece atual. Como pode ser observado nos inquéritos VIGISAN, o drama da fome ainda é um processo em curso no Brasil, estando presente na vida da parcela significativa da população do país, especialmente os negros, mulheres e crianças até 10 anos, e expressiva nas Regiões Norte e Nordeste, o que atesta toda a perversidade no entorno da questão da alimentação. Não à toa Carolina Maria de Jesus, que compõe as epígrafes deste texto, constitui-se em uma mulher negra e periférica, cuja trajetória de vida foi marcada por inúmeras privações, incluindo a fome.

Conforme identificou Josué de Castro em sua *A Geografia da Fome*, ainda na década de 1940, o problema da alimentação é uma questão de distribuição, uma vez que não há escassez de produtos alimentares em termos quantitativos. Como coloca Castro (2008, p. 13), ao “[...] imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço deste que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente ligados aos interesses da saúde pública”.

Nesse sentido, o que se processa no mundo do presente e em especial nos países chamados subdesenvolvidos, como o Brasil, é uma realidade muito semelhante como a retratada por Josué de Castro na primeira metade do século XX. Entretanto, no período atual, a técnica, a ciência e a informação se difundiram no território de maneira extraordinária, formando o que Santos (2006) chama de meio técnico-científico-informacional, cuja aplicação é operada em todas instâncias da sociedade.

A tecnologia aplicada à agricultura modernizada proporcionou o aumento exponencial da produção agrícola mundial e brasileira, transformando as atividades agrárias em um dos ramos mais lucrativos dentro do capitalismo global. No entanto, no mesmo momento em que produz alimentos extraordinariamente nos campos, assiste-se nas cidades e nos recantos rurais inóspitos do país, a concentração da

pobreza e das privações, entre elas a fome, demonstrando o que Souza (1995) chama de dialética entre *escassez e abundância*. Segundo essa autora:

A comida é valor de uso para todos os seres humanos, é condição da existência humana. A falta de alimentação implica na morte. No entanto, o alimento é valor de troca para poucos, que nos mercados mundiais lidam com as leis da abundância e da escassez, objetivando o processo de acumulação capitalista (Souza, 1995, s.p.).

A realidade territorial do Brasil expõe a escassez e a abundância, em sua faceta mais perversa, como muitos exemplos recentes vêm demonstrando. Um primeiro exemplo que pode ser destacado, é o aumento das desigualdades socioespaciais e da pobreza no período da pandemia da COVID-19, incluindo-se, nesse bojo, a distribuição de ossos bovinos como alimentação para as populações carentes, como ocorrido no município de Cuiabá, no estado do Mato Grosso .

Essa expressão perversa da pobreza e especialmente da fome pode ser observada no dramático diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus (2014, p. 26), na seguinte passagem:

Ontem eu ganhei metade de uma cabeça de porco no Frigorífico. Comemos a carne e guardei os ossos. E hoje puis os ossos para ferver. E com o caldo fiz as batatas. Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar (Jesus, 2014, p. 26).

O drama da pobreza e da fome, relatado por Carolina Maria de Jesus, é um exemplo contundente do estudo seminal de Josué de Castro, assim como os resultados dos inquéritos VIGISAN atestam a permanência do problema no período recente. Embora os inquéritos VIGISAN se utilizem de conceituações imprecisas e passíveis de críticas, como é o caso da insegurança alimentar, eles clarificam e demonstram a existência, a partir dos dados, da situação da fome e a privação de alimentos que os pobres estão acometidos no Brasil. Nesse sentido, surge a necessidade fundamental de se pensar na pobreza no país, em suas diferentes dimensões, principalmente a fome, que é uma das faces mais extremas da pobreza

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O maior espetáculo do pobre da atualidade é comer” (Carolina Maria de Jesus).

Há mais de setenta anos da publicação de *A Geografia da Fome* e, mais de sessenta anos de *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, as descrições, os alertas e as denúncias permanecem instigantes e atuais, como pode ser visualizado quantitativamente nos dados dos inquéritos VIGISAN.

A situação de precariedade, determinante da capacidade de acesso aos alimentos e a uma dieta adequada, avoluma-se no território brasileiro, surgindo como um fenômeno social da maior importância no país. Cabe lembrar sobre o que Castro (2012) identificava como fome oculta, uma vez que diferentes grupos sociais convivem com a fome, mesmo se alimentando todos os dias.

O modelo de produção agrária brasileira, voltado para a exportação de commodities, é um dos elementos fundamentais para a situação da precariedade da alimentação no país. Novamente emerge os conceitos de abundância e escassez (Souza, 1995), que no período da globalização, surgem como contradições inerentes aos países da periferia do mundo, como é o caso do Brasil.

Josué de Castro assinalava em suas obras, que o problema não era a falta, mas era o acesso, e este está relacionado diretamente não à produção, mas ao modelo econômico vigente. De fato, Castro foi um crítico das monoculturas brasileiras, a que chamava de “grave doença da economia agrária”. A reforma agrária era um ponto nevrálgico da sua estratégia de combate à fome, muito embora em *A Geografia da Fome* o autor não tenha adentrado profundamente nesta seara. No entanto, no campo político o autor buscou inserir, a questão da “[...] reforma agrária, o incentivo de sustentação e a questão alimentar como prioridades indissociáveis da agenda política da época” (Schappo, 2014, p. 315).

Para o estudioso, o latifúndio e a monocultura causavam fome ao limitar a produção agrícola, prejudicando o acesso da população à variedade de alimentos

e perpetuavam a pobreza. Castro já mostrava a desigualdade socioespacial, como a matriz da fome no Brasil, frente à visão de uma elite agrária com pensamento conservador sobre o desenvolvimento econômico e social do país.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 12ª Ed.- Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2012.

CAVALCANTI, M. C. **O altruísmo eficaz como meio de redução da pobreza extrema. 2021. 76f. Dissertação** (Mestrado em Filosofia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

DA SILVA, J. L.; DE SÁ, A. J. A Fome no Brasil: do período colonial até 1940. **Revista de Geografia** (Recife), v. 23, n. 3, p. 43-53, 2009.

DE FREITAS, G. C.; ARAÚJO NETO, L. A; D'AVILA, C. Fome no Brasil: a incerteza da comida na mesa em um país assolado pela Covid-19. Fundação Oswaldo Cruz – **FIOCRUZ**, maio. 2021. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1953-fome-no-brasil-a-incerteza-da-comida-na-mesa-em-um-pais-assolado-pela-covid-19.html>. Acesso em: 01 maio 2023.

DE JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada** / Carolina Maria de Jesus; 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014.

DE OLIVEIRA, M. L. M. **Geografia da Fome: a expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira**. 2013. 172 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

DE OLIVEIRA, M. L. M. Fome como tabu: o Mais Antigo e perverso do Mundo. **Revista Interface (Porto Nacional)**, São Paulo, n. 10, p. 240-250, dez. 2015.

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA – USP. **Geografia da Fome, 75 anos depois**. Disponível em: <https://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-75-anos/> Acesso em: 26 out. 2023.

FARIA R. M. de. Territórios da Privação Social nas cidades brasileiras: uma reflexão conceitual. *In*: BORTOLOZZI, A. ; BERENGUEL, O. L. (orgs.). **Cidades Interativas: do contexto informacional as práticas socioespaciais integradas**. São Paulo: Olho d'Água, p. 9-24, 2017.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

LIMA, L. G. Covid-19 e ampliação da fome: uma crítica ao sistema alimentar global sob a mundialização do capital. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n.2, p.333, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v21i2.7793>

LUCIANO, C. dos S; CORREA, P. B. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. **Revista Katálysis**, v.25, n.3, p.478-487, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86244>

MALUF, R. Comer em tempos de pandemia e após. *Jornal GGN*. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/artigos/comer-em-tempos-de-pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf/>. *apud REDE PENSSAN. I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil* [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. – São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2021.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, v.9, n.24, p. 195-207, 1995.

REDE PENSSAN. I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: **II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar** – PENSSAN. – São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2021.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: **II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar** – PENSSAN. – São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal / Milton Santos. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCHAPPO, S. Josué de Castro e a agricultura de sustentação em Geografia da fome. **Sociologias**, v. 16, n.35, p. 315, 2014.

SOUZA, M. A. A. de. Globalização e efeitos perversos: Relendo a Geografia da Fome. *In: I ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*, Aracaju. **Anais**. Aracaju: ANPEGE, 1995.

TOZI, F. **Geografias da desigualdade:** uso do território brasileiro e fome. *In: DE SOUZA, M. A (org.). Território brasileiro: usos e abusos*. Arapiraca: EDUNREAL, 2017.

VASCONCELOS, F. A. G. Tendências históricas dos estudos dietéticos no Brasil. **Hist Ciência Saúde-Manguinhos**; v. 14 n. 1, p. 197-219, 2007.

ZIMMERMANN, S. A; DE PAULA, N. M. O Brasil dos famintos em pleno século XXI: evidências de uma tragédia contínua. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 11 n. 21, p. 33, jan./jun. 2022

Contribuições de autoria

1 – Rosane Marizeti Brum Vargas

Doutoranda em Geografia pelo PPGGeo

<https://orcid.org/0000-0002-9238-5547> • rosanebv.adv@gmail.com

Contribuição: Investigação, conceituação, escrita- revisão, metodologia e edição

2 – Rivaldo Faria

Doutorado em Geografia

<https://orcid.org/0000-0002-4005-8309> • rivaldo.faria@ufsm.br

Contribuição: Investigação, conceituação, escrita- revisão, metodologia e edição

3 – Pedro Leonardo Spode

Doutorando em Geografia

<https://orcid.org/0000-0003-1232-4136> • pedrospode@gmail.com

Contribuição: Investigação, conceituação, escrita- revisão, metodologia e edição

4 – Liliane Milani de Moraes

Doutoranda em Geografia

<https://orcid.org/0000-0002-7496-0982> • lilianemilani.m@gmail.com

Contribuição: Investigação, conceituação, escrita- revisão, metodologia e edição

Como citar este artigo

VARGAS, R. M. B.; FARIAS, R.; SPODE, P. L. MORAES, L. M. de. Geografia da fome e (in)segurança alimentar no Brasil: reflexão a partir de Josué de Castro e o inquérito VIGISAN. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, e83971, p1-23, 2023. DOI: 10.5902/2236499483971. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499483971> Acesso em: dia mês abreviado. ano.